

**ESCOLA E MEMÓRIA: PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE
LUGAR NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA CULTURAL**

**SCHOOL AND MEMORY: PROBLEMATIZING THE CONCEPT OF
PLACE IN THE PERSPECTIVE OF CULTURAL GEOGRAPHY**

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.v0i49.44906>

ALVARENGA, Marcia Soares¹
GONÇALVES, Rayanne²

RESUMO

O presente texto teve como objeto de estudo uma escola pública localizada no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro. O principal objetivo da pesquisa foi de reconstruir a história social do território e seus enlaces com a escola enquanto lugar de memória, a partir de fontes documentais orais e escritas. A fundamentação teórico-metodológica está ancorada na perspectiva da Geografia Cultural com a qual discutimos as categorias lugar, espaço e memória. Ao analisarmos possibilidades de a instituição estudada se constituir como um lugar de memória para moradores e para a educação pública da cidade, os resultados indicam a necessidade de promover políticas públicas que venham a preservar a memória institucional da escola pública, promovendo-a como lugar de memória.

Palavras-chave: Formação social do território; Educação Escolar; Memória social.

ABSTRACT

The present study had as object of study a public school located in the municipality of São Gonçalo, state of Rio de Janeiro. The main objective of the research was to reconstruct the social history of the territory and its links with the school as a place of memory, from oral and written documentary sources. The theoretical-methodological foundation is anchored in the perspective of Cultural Geography with which we discuss the categories of place, space and memory. When analyzing the possibilities of the institution studied as a place of memory for residents and for public education in the city, the results indicate the need to promote public policies that will preserve the institutional memory of the public school, promoting it as a place of memory.

Keywords: Social formation of the territory; School Education; Social memory.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Universidade de Évora-PT. Professora da Graduação e da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Membro titular do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Membro do grupo de pesquisa “Vozes da Educação: História e Memória”. Procientista da Universidade Estadual do Rio de Janeiro com bolsa de produtividade da Faperj/UERJ.

² Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora da Educação Básica.

Introdução

No campo educacional, a escola, como objeto de pesquisa, recebe centralidade e é bem reconhecida nos estudos de historiadores da educação em seus variados recortes refletidos na extensa literatura produzida. A par deste reconhecimento, o presente texto tem como objeto de estudo uma escola pública localizada no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, com a qual interrogamos sobre as possibilidades de a Escola Estadual Municipalizada Itaitindiba estudada, criada em 1946, se constituir em um lugar de memória para educação pública da cidade e moradores. O principal objetivo da pesquisa foi de reconstruir a história da escola, buscando, pela memória de antigos funcionários, analisar possibilidades de esta instituição se constituir como um lugar de memória para a educação pública da cidade.

Do ponto de vista teórico-metodológico, entendemos que, além do campo educacional, setores de estudos nas áreas das ciências humanas e sociais têm, também, se dedicado a pesquisas de âmbito educacional e escolar, apoiando-se em fontes documentais escritas, orais e imagéticas, entre outras. Nessa perspectiva, o presente texto põe em diálogo as categorias “lugar”, “história” e “memória” com a Geografia Cultural.

A emergência da Geografia Cultural encontra no contexto da “virada cultural”, da primeira metade do século XX, despertada pelo interesse na dimensão material da atividade humana, filiando a geografia da abordagem cultural como crítica ao caráter conservador dos estudos geográficos. Esta virada, representa para a geografia, um novo entendimento de que a totalidade dos saberes geográficos tem uma dimensão cultural, não existindo uma fronteira rígida entre as ciências sociais, já que estes saberes geográficos “são relativos a uma época, a um lugar ou a uma área”. (CLAVALL, 2011, p. 14).

A Geografia Cultural privilegia os termos espaço e lugar como categorias inter-relacionadas. Para Tuan (1983), espaço e lugar são termos relacionados e integrantes, pois ao atribuímos valores ao espaço, o mesmo passa ao conceito de lugar, sendo espaço e lugar núcleos de valores e significados compreendidos por experiências.

Com estas notas introdutórias sobre pesquisa construída na perspectiva da abordagem da Geografia Cultural, a história social e econômica do município de São Gonçalo da cidade de São Gonçalo reflete e refrata a história invisibilidade dos sujeitos da Escola Estadual Itaitindiba. Para tal finalidade a pesquisa foi ancorada em fontes documentais, tais como jornal e o Plano Político Pedagógico da escola (PPP), através das quais foi possível

compreender os processos históricos decorrentes do lugar e da escola que a faz um lugar de memória dos sujeitos que por ela passaram.

O artigo está organizado em três seções que intencionamos estarem articuladas. Na primeira seção, propomos uma descrição histórico-geográfica acerca do território gonçalense para uma compreensão de escalas da pesquisa e de formação do território. Na segunda seção, abordamos a relação com o lugar e a questão da memória, em diálogo com autores que se dedicaram a estudos destas categorias. Já na terceira seção, discutimos problemáticas sobre políticas públicas de preservação da memória e história de escolas, tendo como referência documentos oficiais.

A história social do território de São Gonçalo

O objetivo desta seção é apresentar uma breve contextualização histórico-social do município de São Gonçalo, a fim de situar os leitores sobre a relação entre a história social do território e a Escola Estadual Municipalizada Itaitindiba, como objeto de estudo da pesquisa.

Localizado na região do leste metropolitano do estado do Rio de Janeiro, o município de São Gonçalo, recorte da nossa pesquisa, possui 999.828 habitantes (IBGE, 2010), e exhibe profundas marcas do modelo de desenvolvimento desigual que materializam efeitos próprios da combinação entre o arcaico e o moderno, produzindo “uma estranha combinação”, no dizer de Florestan Fernandes (1975), que gera componentes históricos imprevisíveis na produção de desigualdades inerentes não apenas a um determinado espaço-regional, mas como forma pela qual a sociedade brasileira foi historicamente estruturada.

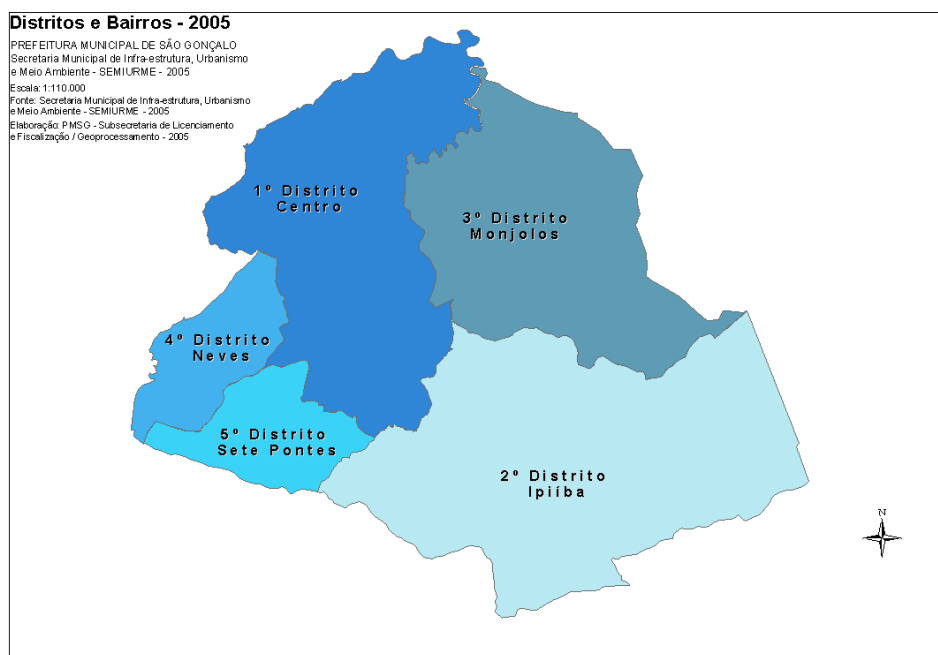
Tabela 1- Estatística da População Gonçalense

População 2000	População 2010	População urbana	População rural
891.119	999.728	998.999	729

Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=33>

O município é dividido em distritos, segundo o Plano Diretor Municipal de São Gonçalo. No total são cinco distritos, sendo eles o distrito de São Gonçalo (Sede-Centro), Ipiúba, Monjolos, Neves e Sete Pontes. Dentre os distritos soma-se um total de 95 bairros oficiais.

Figura 1- Divisão distrital de São Gonçalo



Fonte: Prefeitura de São Gonçalo adaptação do autor.

Sua extensão territorial conjectura-se em 247,709km², sua densidade demográfica resultasse em 4 035,90 habitantes por km². Os municípios limítrofes são, ao sul, o município de Niterói, ao norte, o município de Itaboraí, ao leste, o município Maricá, tendo a oeste, a Baía da Guanabara.

Sua história territorial, assim como em diversas regiões do Brasil, é escrita pelo choque entre povos indígenas, nesse caso os tamoios, e os colonizadores portugueses que aqui chegaram.

Devido à divisão do território de domínio de Portugal em Capitânicas Hereditárias³, a região de São Gonçalo ficou pertencendo à capitania de São Vicente e posteriormente a Capitania do Rio de Janeiro. Sua ocupação territorial se deu pelos jesuítas no final do século XVI e início do século XVII. Processo este que concentrou a ocupação nas proximidades da Paróquia de São Gonçalo do Amarante.

Após o extermínio dos povos indígenas nessas terras, os portugueses iniciaram o processo de Sesmaria. Destas sesmarias, consecutivas subdivisões e doações foram passadas, como ilustrado no Quadro 1.

Braga (1997) levanta que em seus primórdios, o território do atual município de São

³ Sem recursos financeiros para a ocupação e defesa do território recém descoberto, a Monarquia de Portugal promoveu uma divisão nas novas terras em 15 lotes que iam da costa até o limite demarcado pelo tratado de Tordesilhas, entre membros da Nobreza portuguesa, que teriam o papel de coloniza-las e protege-las, ou seja, passou para a iniciativa privada o papel que lhe cabia.

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019

CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

Gonçalo passou por inconstantes titulações desde Sesmaria, sendo até mesmo anexado como distrito de Niterói. Este passou por organizações como freguesia, vila e outras configurações até receber a atual titulação de município. A tabela a seguir ilustra de forma histórica os processos ocorridos.

Quadro 1 - Processo histórico de titulação

Ano	Data	Titulação
1579	06 de abril	Sesmaria
1645	22 de janeiro	Freguesia (criação)
1647	10 de fevereiro	Freguesia (confirmação)
1819		Suspensão da condição de freguesia tornando-se distrito de Niterói
1890	22 de setembro	Elevação a Vila
1890	12 de outubro	Elevação a Município
1892	08 de maio	Supressão do Município
1892	17 de setembro	Restauração do Município
1922	20 de novembro	Elevação a Cidade
1923		Suspensão da condição de Cidade retornando a condição de Vila
1929	27 de novembro	Restauração da condição da Cidade

Fonte: Braga, 1997, p. 55

Essa descontinuidade no poder político-administrativo reflete a massiva interferência das oligarquias rurais na política local.

Desde o século XVIII até o início do século XX, o município de São Gonçalo apresentava um perfil sócio-econômico rural. Nesta época, o principal modelo de produção da cidade era o agrário-exportador, inicialmente com as lavouras de cana-de-açúcar, passando pelo plantio de café e posteriormente com o plantio de cítricos. Nas épocas do apogeu agrário, o município angariava o título de importante entreposto comercial, pois era um centro conector entre o interior e a metrópole núcleo. Estradas, linhas férreas e até as redes fluviais eram bastante utilizadas para o escoamento de matérias primas, tanto para abastecimento do núcleo metropolitano quanto para exportação através dos portos locais. (BESSA; GONÇALVES, 2012, p. 11).

As conjunturas econômicas da época do mercado agrícola impactaram a questão político espacial o que deu impulso ao início da ação de industrialização, modificando o perfil socioeconômico da cidade. Em virtude da inclusão do quadro urbano-industrial no território gonçalense, ocorreu a derrocada do modelo agrário em razão dos investimentos contínuos de ordem descentralizadora do núcleo metropolitano diante da ordem econômica e esgotamento das terras.

O espaço urbano municipal insurge em viés de fatores do quadro econômico e político dessa época, acompanhando a história da urbanização do Brasil. Outro fator que se destaca diz respeito à questão populacional de migração acentuada diante dos processos urbanísticos, gerando uma dinâmica distinta na produção do espaço.

Os pequenos sítios e fazendas, que antes tinham utilidades agrícolas como atividades essenciais na economia da cidade, principalmente pelo cultivo de cítricos, passam a ser vendidas, acendendo o mercado da terra. Em face ao processo de urbanização, os baixos preços das terras tornaram-se atrativos para a população local e de imigrantes, intensificando a aquisição de terrenos na região. A proximidade estratégica da capital com o núcleo metropolitano, aliada ao crescimento populacional da época, impulsionou ainda mais os loteamentos, sendo esses decisivos para a formação dos bairros e configuração atual do território.

A partir na década de 1940, já como município, São Gonçalo recebeu o título de Manchester Fluminense, no distrito de Neves, por conta de seu forte polo industrial, em comparação com a cidade inglesa, também historicamente marcada pela presença de indústrias em seu território.

Graças à concentração do seu parque industrial no distrito de Neves, ainda hoje podemos encontrar resquícios desse passado industrial, principalmente pela presença de fragmentos de edificações em ruínas das antigas fábricas que ali funcionavam.

Entre 1940 e 1960, São Gonçalo exibia um dos mais respeitáveis parques industriais do país, em um contexto econômico inédito em todo o seu vasto território. O crescimento demográfico e o elevado recolhimento de impostos possibilitaram o planejamento de infraestrutura que viabilizou o desenvolvimento urbano, vindo a favorecer o atendimento das necessidades básicas de sua população. Isso se deu em colaboração com o poder público local e as empresas que dinamizaram o seu parque industrial que, diferentemente das décadas anteriores, estavam concentradas apenas nas áreas centrais do município.

No entanto, os projetos de infraestrutura básica urbana tornaram-se difíceis de ser executados em decorrência dos subterfúgios econômicos por parte da arrecadação de impostos e do lucro no mercado da terra. Para que o fracionamento das terras ocorresse de forma massiva, como o esperado, era necessário configurar como terras urbanas e por tal dimensão os arranjos de infraestrutura não as acompanharam.

Após a década de 1970, os loteamentos periféricos das antigas terras agrárias se intensificariam em decorrência de dois principais eventos: a edificação da Ponte Presidente Costa e Silva, no ano de 1974, popularmente conhecida como ponte Rio-Niterói, e a

construção da Rodovia BR 101 que percorre o núcleo metropolitano e os municípios da Orla Oriental da Baía de Guanabara.

Apesar da contração do parque industrial justificado pela reorganização espacial das atividades da indústria, o município não estagnou em termos de crescimento populacional. As mudanças acarretadas pela fusão entre os Estados da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro, atuais municípios de Niterói e Rio de Janeiro, assim como os resultados dos contraditórios processos de modernização do país nos anos ditatoriais, agudizaram mais ainda a crise urbana. Os impactos provocados por estes processos foram a favelização e ocupações desordenadas, especulação imobiliária que resultaram em ações de remoção das favelas, empurrando os seus moradores para as margens do núcleo metropolitano.

Bessa e Gonçalves (2012) destacam ainda que o município em seu contexto metropolitano emerge como periférico, sendo comumente assimilado como uma cidade em parte segregada e com distintas dificuldades socioambientais e econômicas que irromperam os seus limites geográficos.

O acelerado processo de urbanização e as transformações socioeconômicas caracterizadas no período de metropolização não se equipararam ao processo de crescimento demográfico da população. Tais fatos nortearam as ocupações e as mais variáveis formas de apropriações do território principalmente das áreas de menor infraestrutura, provocando o loteamento irregular em espaços descentralizados. Parte dessa população formada pelo crescimento demográfico vive excluída ao direto à terra, ao direito à cidade, ao direito à moradia, agredida pela pobreza nas suas formas mais variadas expressões.

As indústrias locais entre as décadas de 1950-1960-1970, assim como fatores político-econômicos, atraíram um elevado número populacional ao território gonçalense. O considerável número de loteamentos, resultado da crise agroexportadora pode ser levantado como outro fator expressivo para a atual contagem demográfica.

Quadro 2 - População de São Gonçalo, Censos 1940-2010

Ano Censitário	Número de habitantes	Crescimento populacional %
1940	85.521	-
1940-1950	127.276	48,8%
1950-1960	247.754	94,7%
1960-1970	430.271	73,7%
1970-1980	615.352	43,0%
1980-1991	779.832	26,7%
1991-2000	891.119	14,3%
2000-2010	999.728	12,2%

Na história social do território de São Gonçalo se insere a história das lutas pelo direito à educação nas quais a Escola Estadual Municipalizada Itaitindiba, instituição estudada na pesquisa, chama atenção, pois expressa franca relação com os processos que constituíram o território em suas contradições, mas, também, em possibilidades criadas pelos sujeitos que vivem o lugar, como é o nosso propósito de discutir na seção seguinte.

Lugar e memória: o caso da Escola Estadual Municipalizada Itaitindiba

Apesar de o poder local de São Gonçalo não oficializar a terminologia de sub-bairro, a escola lócus do estudo mantém este nome e está localizada no que tem sido nomeado pela população, informalmente, por sub-bairro de Itaitindiba. Em relação a esta nomeação pelos moradores, encontramos em Tuan (1983, p. 12) uma explicação relevante, pois “dar nome a um lugar é dar seu explícito reconhecimento, isto é, reconhecê-lo conscientemente ao nível da verbalização”. Esta designação ao sub-bairro é pertinente, já que a Fazenda de Itaitindiba, fundada pelos jesuítas por volta do século XVI, em tupi-guarani significa: lugar de muitas pedras brancas e em alusão ao ponto mais alto de São Gonçalo, com 538 m de altitude, chamado de Serra de Itaitindiba.

É na Fazenda de Itaitindiba onde localizamos relatos dos moradores sobre a criação da escola que foram incorporados ao próprio o PPP⁴. Neste documento, foi lembrar que a escola teve início a partir da doação da detentora das terras, Dona Laurinha⁵, que destinou uma pequena parte dos seus mais de 200 alqueires de terra para a construção de um único galpão para as atividades de ensino para as crianças das famílias dos meeiros e trabalhadores da localidade, principalmente para os que trabalhavam nas plantações de laranjas na Fazenda de sua propriedade..

Atualmente sabe-se que boa parte dessa Fazenda foi loteada, permitindo, a configuração e expansão do sub-bairro constituído por casas isoladas e sítios. Com o crescimento populacional, as terras foram sendo ocupadas pela população sem moradia definitiva e famílias de imigrantes de várias regiões do país.

No acesso a Itaitindiba, a paisagem natural de um território em que as marcas de um passado rural faz fundo à urbanização da pobreza, é comum encontrarmos casas precárias, esgoto a céu aberto, estradas de chão e demandas por políticas públicas de uma população que

⁴ Projeto Político Pedagógico elaborado pela Gestão Municipal, 2008.

⁵ Informação popularmente disseminada.

tem a Escola Itaitindiba, quão popularmente é chamada, como referência de várias gerações de moradores e suas famílias que ali viveram e vivem, cujos sentidos podemos lhe atribuir como um “lugar de memória”.

Nesses termos, a Geografia Cultural convocada pela pesquisa pode trazer perspectivas para a apreensão da escola como “lugar de memória”. Há, no entanto, que darmos atenção para a preocupação exposta por autores como Lévy (2015) ao situar problemáticas em se adotar o termo “cultural”. Para este autor, o projeto de uma geografia cultural “retoma e subscreve as ambiguidades do termo “cultura” nas ciências sociais contemporâneas” fruto da “virada cultural” relacionada “a um conjunto de coisas muito diversas e provavelmente contraditórias entre si, porém ela tende a acentuar outros objetos e outras abordagens não muito privilegiados pelas ciências sociais até então.” (LÉVY, 2015, p. 19).

Com esse cuidado, acompanhamos a proposta de Macdowell (*apud* NETO, 2013, p. 160) para quem

[...] não só os geógrafos (sic) culturais, mas os teóricos sociais em geral têm um interesse comum cada vez maior em saber como a crescente escala global de produção e consumo afeta as relações entre identidade, significado e lugar. A atenção é concentrada na maneira como os símbolos, rituais, comportamento e práticas sociais do dia-a-dia resultam num compartilhado conjunto ou conjuntos de significados que em maior ou menor grau são específicos em termos de lugar. Portanto, temos que uma perspectiva geográfica tornou-se central para o projeto de estudos culturais de forma mais ampla.

Permeando não somente a localização, a Geografia Cultural compreende o lugar como espaço que se torna íntimo, vivido, por conseguinte ela não se dissocia da noção de pertencimento de social e se preocupa em definir o lugar como cerne imperativo que está em analogia dialética com o espaço, e com eventos essenciais a nossa existência: o viver e o habitar, o uso, o consumo, o trabalho e o lazer.

Desse modo, quando assumimos epistemologicamente a escola como “lugar e memória”, também recorremos a autores que compreendem a inseparabilidade deste par. Para Ribeiro (2009, p. 153), “O lugar opõe-se ao pensamento único, mas, também, ao politicismo e ao economicismo. Ele é, sobretudo, vida social, memória coletiva, sociabilidade e ação espontânea”.

As dinâmicas da vida social ressonam em experiências que os moradores têm do lugar, seus vínculos afetivos e ações sociais. Nessa perspectiva, o lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. “Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a

tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança”, como esclarece Relph (1979, p. 3).

A escola como “lugar de memória” nos permite a possibilidade de refletir a partir das experiências humanas, produto de construção subjetiva, de tal modo que o “lugar de memória” permeia um alcance para dialogar com a “memória do lugar”, de um espaço tempo e das analogias que neste são estabelecidas como possíveis encaminhamentos epistemológicos. Citamos, assim, Le Goff (2003, p. 419) para quem,

[...] a memória liga-se também à vida social e varia em função da presença ou ausência da escrita, depende deste modo do ambiente social e político tratando-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens das quais falam do passado, em suma, de certo modo de apropriação do tempo e temporalidade.

Podemos assim atribuir à escola como “lugar de memória” em suas variadas formas de materialização, revelando o que os indivíduos e os grupos de um lugar desejam reter como informação essencial de seu passado com a qual a escola de Itaitindiba participa da formação das identidades individuais e coletivas.

Para Pollak, as informações as quais representamos como passadas se formam na relação espaço-tempo e sociedade. Segundo o autor, “[...] em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. (POLLAK, 1992, p. 206).

Quando vinculamos memória à construção de identidade, retomamos a amplitude das questões coletivas e individuais que estão intrinsecamente relacionadas ao sujeito social. Desta forma podemos dizer que a memória é um artifício do sentimento de identidade, individual ou coletiva, assim como de construção da mesma. Ela é igualmente uma arquitetura importante do sentimento de coesão social., por conseguinte, é elementar na coerência de um indivíduo ou de um grupo em sua reconstrução de pertencimento.

Diante disso, a necessidade de registrar/representar de forma continua ideias e conhecimentos tornaram-se algo recorrente a todos os povos onde se entende coletivamente a importância de preservá-las e materializá-las em vários suportes de registros.

A memória é socialmente construída e por conseguinte as fontes documentais também. Sabe-se da pouca valorização da fonte oral em presença da escrita, entretanto a crítica à veracidade deve ser ativa em ambas, pois estas possuem o mesmo viés de construção e importância, ora parcial ora imparcial.

É através da linguagem que referenciamos o início do método info-comunicacional, que se utiliza da oralidade e do suporte humano como meio para transmissão do conhecimento.

Segundo Campello (2006, p. 6) “Nas sociedades que utilizam tecnologia, seja esta a linguagem escrita ou informática, as formas de preservação da memória variam em função das diversidades dos grupos envolvidos [...]”, isto admite os dessemelhantes caracteres de representação da memória e da importância social atribuído a preservação e materialização da mesma.

As formas de representações e registros viabilizam a armazenagem, a preservação, e conservação dos conhecimentos para acessos por parte da sociedade em diferentes lugares e tempos. A informação quando registrada necessita de um suporte material que a dissolva do indivíduo, por meio do uso dos signos compreensíveis pelo sujeito e de aparatos de escrita.

A relação de lugar e de memória ganha destaque, uma vez que é associada a uma noção de construção e afirmação de uma identidade do lugar. A pesquisa realizada tornou-se relevante na medida em que pode contribuir para as construções da identidade dos sujeitos e do lugar, como veremos a seguir.

A Escola Estadual Itaitindiba como um lugar de memória

Ao iniciarmos o levantamento de documentos oficiais que informassem dados sobre a fundação da escola, tais como documentos estaduais ou patrimoniais que fossem referentes à gestão da escola, desde o período de sua criação, nos demos conta de que, a despeito de nossos esforços, estes não foram localizados.

A pouca importância mediante o desaparecimento de documentos que aludem à história da escola é altamente criticável. Além disso, não houve posicionamento do paradeiro desses documentos históricos quando percorremos as instâncias da Secretaria de Estado de Educação e as Regionais Metropolitana que agrupam as escolas para efeitos administrativos.

Diante desse quadro, cabe ressaltar duas leis federais que abarcam tal desacordo com normas que regem os arquivos públicos e a lei de acesso a informações. O direito de acesso à informação se encontra preso à noção de democracia, e está mais habitualmente adjunto ao direito que toda pessoa possa acessar as informações que estão sob a guarda de órgãos e entidades públicas. A promoção a essas informações estabelece um dos alicerces para a concretização da democracia.

Assinalamos, aqui, a Lei Nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Essa lei enuncia sobre a gestão documental e a

proteção especial de documentos de arquivos como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Em dois artigos do capítulo I, a referida lei afirma o direito ao acesso a documentos guardados em arquivos públicos ou privados:

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

[...]

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Por sua vez, de acordo com a Lei de Acesso a Informações (LAI) de número 12.527, de 18 de novembro de 2011, que abrange todas as esferas de poder público, qualquer cidadão tem direito a informações, sem mesmo apresentar motivos para tal. Essa lei entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e designou organismos que autorizam que qualquer pessoa receba informações públicas demandadas a órgãos e entidades.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em seu artigo 4º, a LAI faz distinção entre informação e documento, respectivamente, nos incisos I e II. Por informação, refere-se “a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato; por documento, refere-se à “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”. Por estes dois incisos, evidenciamos a definição de informação e da necessidade que se faz dela para pesquisas.

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019

CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

Os órgãos públicos estaduais, Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e Regionais Metropolitana II, na qual a Escola Itaitindiba encontra-se em seu âmbito administrativo, contrariam a lei ao não disporem de documentos referentes à escola.

A despeito da perda desse documento inaugural, felizmente encontramos no acervo da escola outras fontes, tais como diários escolares que datam de 1946. Diante dessa fonte, pudemos reconstituir a estrutura organizacional do ensino no Brasil e da própria escola pesquisada.

Em 1946 a escola ofertava o ensino primário, com o efetivo de apenas três professoras para atender aos turnos de manhã, tarde e noite. Em 1964 com a chegada de novos professores, em substituição aos anteriores, o casal Gonçalves⁶ foi convidado a morar nas dependências da escola, cultivando, no vasto terreno da escola, a agricultura familiar.

Posteriormente, o casal passou a fazer parte da equipe da escola, porém sem remuneração, atuando, ela, como merendeira e, ele, como vigia. A relação de troca de trabalho por moradia na escola, remete uma relação de servidão estabelecida entre o próprio Estado e o casal de moradores, recém-chegados do interior do estado do Rio de Janeiro. O sr. Gonçalves zelava pelo espaço escolar, assim como cultivava árvores frutíferas no terreno da escola para subsistência e para utilização na merenda escolar. Por vezes a sr^a Gonçalves utilizava pertences e utensílios de sua própria residência para o preparo da merenda escolar. Os relatos do casal nos falam sobre as dificuldades da equipe da escola e do grupo de alunos na década de 1970, período da ditadura militar, como relembra a ex-funcionária aposentada⁷:

Muitas vezes faltava colher, pratos, e alimentos, eu e meu marido ajudávamos comprando utensílios para escola como colheres. Não havia transporte, as crianças chegavam suadas e cansadas incapazes de estudar devido ao esforço na longa caminhada entre suas casas e a escola.

A situação do casal como trabalhadores não remunerados da escola ocorreu no ano de 1984, quando as matrículas foram ampliadas para 126 estudantes. A regularização desta condição pelo primeiro governo Leonel Brizola foi divulgada pelos jornais da época, sendo destaque o casal Gonçalves, na foto da matéria jornalística que, desde o ano de 1964, aguardava pela efetiva contratação.

⁶ Optamos por referir ao último nome do casal de funcionários aposentados.

⁷ Em entrevista gravada em um dos encontros para coleta de depoimentos, no ano de 2016.

Figura 1: Casal de zeladores da Escola Estadual Itaitindiba



Fonte: Jornal O DIA, Rio de Janeiro, 23 dez de 1987, p. 3.

A relação da comunidade com a gestão estadual, as figuras emblemáticas, tais como o casal de funcionários residentes nas dependências escolares, assim como dos professores, tomam uma nova configuração e significância sobre a identidade da escola.

Ao finalizar este artigo, retomamos aos aspectos ligados à constituição do espaço e ao pertencimento ao lugar. logo a instituição escolar, estão associados à memória e história de um lugar.

Conforme nos inspiram os autores com os quais ancoramos nossa compreensão sobre a escola como lugar de memória, a densidade de informação corresponde com a qualidade do saber acumulado na memória. Representa um conjunto de atos contínuos que se acrescentam no tempo; obras pelas quais o indivíduo reelabora o seu mundo modificando o seu espaço.

A memória seria construída de ideais, sentimentos e reflexões que atribuímos a nós e que são, na verdade, inspiradas pelo grupo, compondo nos limites epistêmicos uma Geografia Cultural.

As memórias podem ser construídas a partir das vivências em grupo, ser reconstruídas ou simuladas, assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido

pela internalização de representações de uma memória histórica. História é reconstrução. Reconstruir é valorizar a memória de um povo, de um grupo social.

Afinal, quando as recordações são socializadas todos parecem compartilhar de uma mesma experiência, fazendo com que as memórias permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos.

Considerações finais

Neste texto refletimos acerca do lugar, da memória, do acesso à informação, e à documentação para a discussão de aspectos destacamos algumas das peculiaridades do bairro de Santa Isabel e do sub-bairro Itaitindiba e que, a nosso ver, fazem da Escola Estadual Municipalizada Itaitindiba um lugar de memória individual e coletiva. Em Itaitindiba persistem peculiaridades que destacam a escola como suporte para o sentimento de pertencimento entre os sujeitos do lugar e experiências compartilhadas.

Ao ressaltarmos aspectos da paisagem, da estrutura social e geográfica do município de São Gonçalo reconstruímos relações entre espaço e lugar que compõe a formação histórico-social do município de São Gonçalo, buscamos estabelecer nexos com a perspectiva da abordagem da Geografia Cultural.

A pesquisa evidenciou que as escolas da cidade, e em particular a escola estudada, a despeito de diretrizes e legislações que dispõem sobre arquivos de memória e documentação, não contam com iniciativas de políticas públicas de caráter patrimonial que reconheçam e criem condições para que as unidades escolares sejam reconhecidas como lugares de memória e patrimônio da cidade. A ausência desta políticas impõe limites à própria escola como um lugar de memória capaz de avivar material e simbolicamente o pertencimento dos sujeitos com o lugar.

Ao recorrermos à abordagem da Geografia Cultural, apontamos reflexões que afirmam que o lugar não pode ser catalogado como uma mera divisão espacial. Muito pelo contrário, é pertinente analisar como determinada porção do espaço, no qual são cunhados os vínculos afetivos e subjetivo, desperta sentimentos e imaginação. O lugar e o sujeito pertencem-se e transformam-se.

Não obstante o tecido que vem sendo tecido, através das fontes, a história escolar da atual Escola Estadual Municipalizada Itaitindiba, ressaltamos a força dos sujeitos de memória que habitam, vivenciam e compartilham experiências em um lugar.

Referências

BESSA, E. R. A. S.; GONÇALVES, T. G. B. **Entre a preservação ambiental e a ocupação urbana**: propostas e impasses do Plano Diretor de São Gonçalo, RJ. In: Seminário de Áreas de Preservação Permanente Urbanas, 2, 2013. Disponível em: <07.06.2015<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/APP/article/view/4047>>. 2012.

BRAGA, M. N. C. **O Município de São Gonçalo e a sua história**. São Gonçalo: Edição Independente, 1997.

_____. **Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CAMPELLO, B. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006.

CLAVAL, P. C. C. Geografia Cultural: um balanço. **Revista Geografia**, v. 20, n. 3, p. 5-24, set./ dez., 2011.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 2003.

LÉVY, J. Qual o sentido da Geografia Cultural? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n 61, p. 19-38, 2015.

NETO, N. T. Geografia cultural, juventudes e ensino de geografia: articulações possíveis. **Revista Formação**, v. 1, n. 20, p. 38-56, ano 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RELPH, E. C. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr. 1979.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: HECTOR, P.; EGLER, T. (Org.). **Outro desarrollo urbano: ciudadincluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-156.

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019
CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

SÃO GONÇALO. Lei Complementar nº 01, de 22 de julho de 2009. Aprova a revisão do plano diretor do município de São Gonçalo e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-sao-goncalo-rj>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

Recebido em 20/10/2018 Aceito em 13/12/2018
--